

Vigilância sanitária vai dinamizar área de saúde

* 3 JAN 1977.

O GLOBO

BRASILIA (O GLOBO) — Após um ano decisivo na implantação de programas e campanhas de saúde pública, o Ministério da Saúde deverá colher em 1977 alguns resultados dos trabalhos realizados, através da entrada em vigor da regulamentação da Lei de Vigilância Sanitária e assinatura de alguns decretos e portarias complementares. Destaca-se o projeto que possibilitará a modernização administrativa do Ministério e, conseqüentemente, desencadeará o rápido aparelhamento das Secretarias de Saúde Estaduais. As dos Estados do Ceará e Amazonas já estão em fase bastante adiantada.

Com essa estrutura montada, haverá condições para o desenvolvimento de uma nova política sanitária no País, de caráter eminentemente preventivo, conforme o projeto de decreto que se encontra na Presidência da República para aprovação.

Lei de Vigilância

Sanitária

A regulamentação da Lei de Vigilância Sanitária de Medicamentos, que também se encontra na Presidência da República, propiciará o controle da produção dos medicamentos, correlatos e diversos outros produtos de interesse para a saúde pública.

Ainda em janeiro, o Ministro da Saúde, Almeida Machado, deverá baixar portaria enquadrando as receitas para compra de insulina e medicamentos destinados ao tratamento de epilepsia nas mesmas normas estabelecidas para os anticoncepcionais. Diante disso, as receitas deverão especificar o prazo de validade e serão devolvidas ao comprador, o que, sem dúvida, reduzirá o número de visitas aos médicos apenas para obtenção da receita, evitará solução de continuidade no tratamento e, paralelamente, situações constrangedoras para os portadores da doença.

Ainda com relação à Lei de Vigilância Sanitária, deverão ser baixadas normas complementares classifican-

do os medicamentos em três categorias: vendidos sob receita médica, isentos de receita e uso restrito aos hospitais.

Uma implementação da portaria baixada pelo Ministro Almeida Machado em maio último está prevista, dentro da nova política de controle da Hanseníase no Brasil, que visa à redução da morbidade e prevenção da incapacidade, contribuindo paralelamente para preservação da unidade familiar e estimulando a integração, de maneira a acabar com o estigma social da doença.

Para março próximo, espera-se a aplicação do novo dispositivo na fabricação de massas em geral, com a adição no trigo de farinha de soja, em razão de seu alto teor de proteínas, e da economia de divisas que a medida trará para o País.

A partir de julho entrará em vigor a obrigatoriedade de vacinas, constantes do Programa Nacional de Imunizações. Assim, os pais das crianças nascidas a partir de julho de 1977 deverão comprovar a vacinação a partir de 1 de julho de 1978, caso contrário o salário família será suspenso.

Alimentação

Embora tenham ficado pendentes algumas medidas importantes — entre elas a criação da carreira de sanitária e a modernização da estrutura do Ministério, inadequada para atender o desenvolvimento de suas atividades — diversas decisões inadiáveis foram tomadas na área de saúde durante o ano que se encerra.

Dessas, uma das mais importantes foi a aprovação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — Pronan, o maior em termos de integração ministerial e que abrangeu cinco Ministérios: Saúde, Educação, Agricultura, Previdência e Trabalho. O programa na área da saúde vem sendo desenvolvido através do PNS — Programa de Nutrição e Saúde, que concentra sua atuação junto às famílias, através da suplementação alimentar co-

mo forma de proteção e recuperação da saúde materno-infantil.

A implantação do Programa Especial de Controle da Esquistossomose-Pecec, que envolverá recursos da ordem de Cr\$ 2,5 bilhões até o final do atual Governo, está entre as principais realizações da área da saúde em 1976. Com metodologia exclusivamente brasileira, o programa obteve resultados excelentes, já existindo 5 641 estações de controle do caramujo. A partir do próximo ano serão trabalhadas as bacias hidrográficas e os componentes ecológicos que possam contribuir para a continuidade da transmissão da esquistossomose nas regiões endêmicas.

Outra medida importante foi a aprovação do programa de implantação da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, que possibilitará o controle das doenças transmissíveis e de alimentos, atendendo gratuitamente maior número de pessoas e que deverá atingir até o final do Governo 509 unidades, com investimento previsto da ordem de Cr\$ 165 milhões.

A aprovação do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste — PIASS, representou uma definição concreta do Governo em termos de interiorizações de ações de saúde. O programa tem por base a criação de uma rede de serviços de complexidade crescente, isto é, atuando inicialmente através de um serviço local de saúde simplificado — o mini-posto — até alcançar seu nível mais sofisticado — de hospital-escola.

Com a implantação da fábrica de vacinas bacterianas na Fundação Instituto Oswaldo Cruz — Fiocruz, no Rio de Janeiro, cujo equipamento foi doado pelo Instituto Merriex, da França, foi dado um passo decisivo no sentido de produção de vacinas nacionais, estando prevista para 1977 a produção de cerca de um milhão de doses de vacina contra meningite.